



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11110 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04/GT 12 -Didática, Currículo e Tecnologias Digitais

POR UM CURRÍCULO PARAENSE ANTI-HOMOFÓBICO NA ESCOLA BÁSICA

Jardinelio Reis da Silva - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Jose Damiao Trindade Rocha - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Lucélia de Moraes Braga Bassalo - UEPA - Universidade do Estado do Pará

POR UM CURRÍCULO PARAENSE ANTI-HOMOFÓBICO NA ESCOLA BÁSICA

INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado aos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais da/para/com Minorias Sociais da Amazônia (Gepce/Minorias) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com o grupo de pesquisa Juventude, Educação e Sociabilidades (JEDS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e apresenta parte dos estudos que vêm desenvolvendo sobre a homofobia na escola básica da Amazônia.

O objetivo deste trabalho foi apresentar os dados relativos a pesquisa que analisa propostas didáticas anti-homofobia, presente no “Guia pedagógico para a educação das relações étnicorraciais e diversidade” desenvolvido e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação de Castanhal-Pará em sua rede de ensino.

A cidade de Castanhal está localizada no Estado do Pará, próximo a capital Belém cerca de 60 km, tem uma população de 205.667 habitantes (IBGE, 2021). A rede municipal de ensino de Castanhal atende os níveis de ensino da educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental e a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), totalizando 23.838 estudantes, distribuídos em 80 escolas (QEDU, 2021), sendo atendidos por mais de mil professores e professoras.

O documento analisado foi elaborado pelo Núcleo de Educação para as Relações Etnicorraciais e Diversidade (NERED) da Secretaria Municipal de Educação de Castanhal (Semed/Castanhal) e distribuído aos professores e professoras da rede. O núcleo foi instituído com objetivo de orientar o cumprimento da legislação educacional vigente, visando a

implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas da rede pública municipal de ensino, assumindo ainda a responsabilidade de desenvolver ações de combate ao preconceito e discriminação no âmbito da rede municipal de ensino (CASTANHAL, 2013).

Situado no campo do currículo, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo documental que utiliza a hermenêutica objetiva para análise dos dados. Os resultados apontam para o auxílio no planejamento do professorado que complementa o currículo prescrito da rede. O guia divide-se em base legal, base teórica no campo das sexualidades e sugestões da cultura cinematográfica para uso em sala de aula.

CURRÍCULO E HOMOFOBIA

A Base Nacional Comum Curricular em vigência negligencia a discussão de gênero e sexualidades na escola básica. Silva *et al* (2020) identificou que a BNCC retrocede no que se refere ao tratamento dessas temáticas. Souza Junior (2018) reforçou que há necessidade deste enfrentamento para garantir a diversidade e o respeito às diferenças.

Os pesquisadores da área de gênero, sexualidade e educação são categóricos ao afirmar que há necessidade de incluir no currículo e no planejamento de professores e professoras temas relacionados a gênero e sexualidade. No entanto, a emergência da visão neoconservadora, no contexto atual, tem impossibilitado essa ação, de modo que elencam-se os questionamentos: como fazer com que essas temáticas entrem na sala de aula? Como o professor pode adicionar esses temas ao seu planejamento e não ser atingido por neoconservadores? O silenciamento sobre violências que incidem sobre pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, asexual pansexual e outras orientações e identidades (LGBTQIAP+) tende a continuar, sobre isso Louro (2014) já afirmou que a escola enxerga essas pessoas como problema a ser eliminado, pois fogem ao padrão heteronormativo.

Essa postura é claramente percebida na política-ideológico-partidária disseminada por grupos neoconservadores que querem proibir a discussão sobre as identidades de gênero e orientação sexuais nas escolas, por considerarem que se tratam de conteúdos inadequados ao espaço escolar e ainda que enalteceriam e incentivariam a homossexualidade. Com argumentos superficiais, de base religiosa e que distorciam conceitos, os neoconservadores conseguiram sua primeira grande vitória no ano de 2014, ao retirar os eixos e metas relacionadas a gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação. A meta 3, por exemplo, na estratégia 3.9, que visava “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Meta suprimida da redação final do plano.

No ambiente escolar, pessoas LGBTQIAP+ sofrem em silêncio. Isso foi o que apontou a pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, que tratava das experiências de adolescentes e jovens LGBTQIAP+ em ambientes educacionais, onde 57%

informaram não denunciar as agressões sofridas na escola. Quando comparado com outra pergunta que salientava as medidas que a escola toma sobre essas agressões, os sujeitos falaram que as medidas não eram nenhum pouco eficazes (ABGLT, 2016).

Falar de homofobia na escola básica é quebrar um tabu arraigado nas instituições de escolarização. É denunciar violências sofridas por pessoas LGBTQIAP+ que têm sido ignoradas pelas instituições de ensino. É também anunciar identidades que não se encaixam no padrão heteronormativo e acolher a essência de suas diferenças.

Neste sentido, colocar na pauta do dia um guia didático em que professores e professoras tenham acesso a legislação, teóricos do campo de gênero e sexualidade, pesquisas científicas, filmes e séries, além de atividades para trabalhar junto a alunos, alunas e alunes pode ser o início de uma mudança desse cenário. É iniciar o processo de construção de um currículo queer, de uma pedagogia queer, que combate a homofobia, uma vez que:

O combate a homofobia – uma meta ainda importante – precisa avançar. Para uma pedagogia e um currículo queer, não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento dos/as homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados, tornando evidente a heteronormatividade, demonstrando o quanto é necessária a constante reiteração das normas sociais regulatórias, a fim de garantir a identidade sexual legitimada (LOURO, 2008, p. 49).

Mais que uma denúncia, é educar na/com/para as diferenças sociais existentes. Entender que não há um padrão a seguir, mas que todos, todas e todes podem e devem viver suas sexualidades e identidades. Assim:

Um currículo inspirado na teoria queer é um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído (SILVA, 2021, p. 109).

O guia didático que ora analisamos, não compõe o currículo prescrito, mas é suplementar a realidade existente nas escolas, foi elaborado por um departamento oficial de uma secretaria municipal de educação, de uma cidade interiorana do Estado do Pará, para apoiar professores, professoras e demais profissionais da educação no combate a homofobia. Pode-se dizer que este documento responde os anseios de um currículo queer ou de um currículo que faça “justiça curricular” (ROCHA, 2021), um currículo que contempla as demandas sociais e educacionais da escola, da sala de aula, respeita e atende às necessidades e urgências de todas as “minorias sociais nortistas” (ROCHA, 2021, p. 1).

METODOLOGIA

O estudo que nos propusemos a fazer parte de um dado empírico identificado na rede básica de ensino da cidade de Castanhal, no primeiro semestre de 2022, coadunando com a concepção de pesquisa qualitativa que “dirige-se a análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas locais em seus cotidianos” (FLICK, 2009, p. 37). Nesta pesquisa se refere ao Guia Didático para o professorado na intervenção da violência homofóbica no ambiente escolar.

Com foco neste material, caracteriza-se como pesquisa documental, por considerar o Guia como “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p.545). A análise parte da hermenêutica objetiva de Ulrich Oeverman por se tratar, de acordo com Weller (2010), de um modo de análise que se volta para a reconstrução do sentido estrutural latente das formas expressivas, nas quais o objeto de investigação se encontra incorporado de forma autêntica.

Para a construção dos resultados, seguiu-se as 5 regras do método. De acordo com Vilela (2010) são: 1) Sequencialidade: O texto deve ser analisado visando a reconstrução do fato que está ancorada na possibilidade de acompanhamento da cadeia das informações que estão registradas, essa cadeia revela as ligações, os sentidos do que foi ali selecionado. 2) Independência do contexto: A interpretação deve ater-se à situação registrada. 3) Literalidade: O que ocorreu está registrado e é preciso buscar entender o que ocorreu através do que está registrado. 4) Substancialidade da informação: Levar em consideração todos os elementos, todas as leituras possíveis do que está registrado, de forma pragmática. 5) Parcimônia: Não podem ser acrescentados pressupostos e conjecturas que pareçam explicar ao que está registrado. Seguindo esses cinco passos, a explicação final reconstrói os sentidos que atravessam o texto, revelando a tensão entre o que estava aparente e o que de fato representa. Dada a limitação de caracteres, limitamos a interpretação a sequencialidade, substancialidade e parcimônia.

O documento aqui analisado trata-se do “Guia pedagógico para a educação das relações étnicorraciais e diversidade” que tem como objetivo auxiliar o planejamento educacional das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Castanhal-PA. O documento apresenta caminhos, dicas e possibilidades metodológicas destinadas a envolver os sujeitos das unidades de ensino (estudantes, profissionais de educação, familiares e outros). No tangente a essa pesquisa, analisou-se os mecanismos de combate ao fenômeno homofobia.

RESULTADOS

O “Guia pedagógico para a educação das relações étnicorraciais e diversidade” da Secretaria Municipal de Educação de Castanhal tem 45 laudas em formato de *power point* (Figura 1). O guia se divide em 3 partes: aparatos jurídicos, atividades pedagógicas, recomendação de leituras, filmes e séries.

Figura 1: Capa do Guia Pedagógico



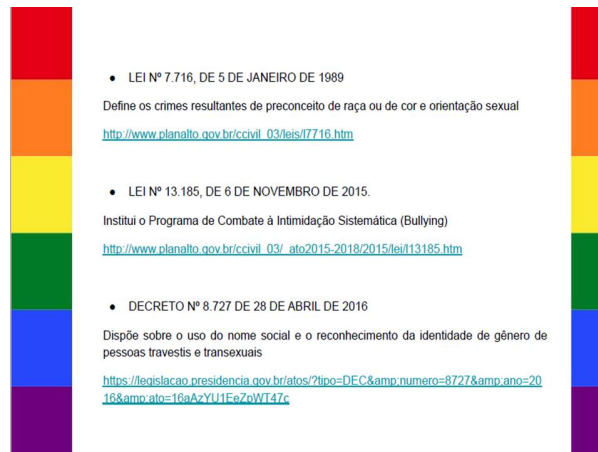
Fonte: Semed/Castanhal, 2022

Na apresentação do guia é salientado que ele visa “proporcionar aos professores pesquisas que devem ser reinventadas e adaptadas conforme os desafios, os acúmulos e as especificidades de cada realidade territorial” (CASTANHAL, 2022). No que tange as pesquisas a serem feitas pelos/as docentes da rede, o guia fornece links para as atividades e leis que fundamentam o enfrentamento da homofobia.

Dos aparatos jurídicos

Os aparatos legais ficam em destaque com link para acesso as leis citadas (Figura 2).

Figura 2: aparatos legais



Fonte: Semed/Castanhal, 2022

Na imagem pode-se perceber a lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que em 2019, o Supremo Tribunal Federal enquadraram os crimes LGBTfóbicos no Brasil. Vale destacar ainda a lei de nº 13.185 de 2015 que visa o combate ao bullying nas escolas, ação assegurada no inciso IX do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Outro elemento de trabalho ao corpo docente que se vê nessa parte legal do guia é a obrigatoriedade da escola e dos docentes de respeitarem o nome social de pessoas transgêneros, via decreto nº 8.727/2016. Reforço que é dado no seguimento da parte legal do

guia com as leis e decretos do estado do Pará no seguimento do guia. Como exemplo, é destacado o Registro de Identificação Social - RIS (Carteira de Nome Social) – Decreto Estadual 726/2013 e Resolução CONSEP 210/2012.

Das atividades pedagógicas

As atividades pedagógicas foram organizadas de acordo com o nível de escolarização. Após uma contextualização, o guia afirma que fala de gênero e sexualidade o tempo todo, e traz a seguinte reflexão: A questão é: como fala? O que essa escola ensina? Que modelos e padrões ela reproduz? Que conhecimentos – e valores – sobre sexualidade estão em jogo? (CASTANHAL, 2022). Posto os questionamentos, são sugeridas as atividades sugeridas para esse nível de ensino onde se destacam releituras críticas dos contos de fada, evidenciando mulheres reais, homens sensíveis, estimulando trocar o dia das mães e dos pais pelo dia da família, considerando as novas configurações familiares. Nesse quesito, sugere a leitura do conto “o pinguim tem dois papais”, estimulando a repensar leituras que contam outras histórias, de pais solteiros, de mães transexuais, de filhos adotivos e de casais homossexuais.

Para o ensino fundamental, o guia recomenda discussão através de pesquisa, mais especificamente em duas atividades. A primeira trata-se de uma pesquisa sobre “Violência de Gênero: Machismo, Sexismo e Homofobia” e “Criminalização da homofobia”, contendo link para acesso a materiais produzidos por universidades, organizações não governamentais ou mesmo por órgãos públicos. Além disso, há sugestão da atividade “Invertendo a regra” que dá destaque ao uso do gênero neutro na escrita, assim como recomenda Rocha (2020), em uma tentativa de uma neolinguagem de gêneros gramaticais que seja inclusiva para/com as mulheres, as pessoas não-binárias, as pessoas T entre gêneros.

Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos seguem as recomendações do ensino fundamental acrescido de história de vida e relatos de experiências por entender que esses/as estudantes podem ter suas sexualidades e identidades de gênero mais definidas, contribuindo com o diálogo da diferença.

Das recomendações de filmes e séries

As recomendações de filmes e séries trazem imagens com nomes (Figura 3).

Figura 3: filmes recomendados



Fonte: Semed/Castanhal, 2022

Na figura pode-se verificar 2 filmes longa-metragem e 1 curta-metragem como recomendação de atividade a ser desenvolvida para os anos finais do ensino fundamental, bem como para a modalidade EJA.

O primeiro trata-se do filme-drama “Orações para Bobby”, baseado em história real, acontecido na década de 1980, nos Estados Unidos. Nele uma mãe religiosa busca “curar” seu filho gay e com a pressão sofrida, o adolescente cometendo suicídio. Na reviravolta do filme, a mãe se torna uma ativista pelos direitos LGBT. O segundo filme é “Luca” não explicitamente LGBT, mas trata de amizades, diferenças e aceitação das diferenças. Já o curta-metragem da Pixar “In a heart beat” demonstra o poder do desejo, quando um menino se apaixona por outro menino e tenta fugir dos seus sentimentos, mas seu coração não consegue.

Outros filmes e séries também são sugeridos no guia como “*Sex education*” que aborda as questões sexuais na juventude, “*Specila*” que retrata um relacionamento homossexual de um deficiente intelectual com um não deficiente e, “Hoje eu quero voltar sozinho” que aborda a relação amorosa entre dois adolescentes do ensino médio, sendo que um dos protagonistas é deficiente visual. As sugestões cinematográficas tratam das diferenças, do respeito e das múltiplas formas de viver a sexualidade e as identidades em ambientes escolares e não escolares. Todos com grande potencial de discussão para o enfrentamento da homofobia no ambiente de educacional.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar um guia didático anti-homofobia desenvolvido e divulgado pela secretaria municipal de educação de Castanhal-Pará em sua rede de ensino. Uma pesquisa do tipo documental e enfoque qualitativo, e utilizou da hermenêutica objetiva para análise dos dados.

Foi possível verificar que o guia trata-se de um auxílio no planejamento e ação pedagógica do professorado da rede municipal de ensino de Castanhal que complementa o currículo prescrito da rede. É um currículo paralelo suplementar ao oficial que atende as necessidades de alunos, alunas e alunes, além dos demais componentes LGBTQIAP+ da

comunidade escolar.

A estrutura do guia permite o aprimoramento da discussão em gênero e sexualidade, na perspectiva das diferenças sociais, da desconstrução da heteronormatividade, nesse viés, se aproximando de um currículo queer. Apesar de não fazer parte do currículo prescrito, é adicionado a este respaldando o trabalho docente na abordagem do tema, no enfrentamento do bullying homofóbico tão corriqueiro no ambiente escolar.

Vale salientar que apesar de os temas orientação sexual e identidade de gênero não estarem assegurados no Plano Nacional de Educação nem na Base Nacional Comum Curricular, a Secretaria Municipal de Educação de Castanhal, através do “Guia pedagógico para a educação das relações étnicorraciais e diversidade” assumiu a responsabilidade de promover uma política inclusiva e de enfrentamento da homofobia em sua rede de ensino, pautando suas ações em uma pedagogia humanista e solidária aos sujeitos LGBTQIAP+ que estão em sua rede de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia. Educação. Currículo. Escola básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.** Brasília, 1996. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 010172/2001 – Plano Nacional de Educação 2010 – 2021.** Brasília, 2001. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 10 jun. 2022.

CASTANHAL. **Portaria GAB/SEMED/PMC Nº 131/2013 - NERED.** Castanhal, 2013.

CASTANHAL. **Guia pedagógico para a educação das relações étnicorraciais e diversidade.** Castanhal, 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989.** Brasília, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716compilado.htm. Acesso em: 18 fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4ª edição. Campinas: Unicamp, 1996.

ROCHA, J. Damião T. **Bom dia a Tod@s, TodEs, TodXs: o uso de pronomes neutros (não-binários) e a desconstrução da linguagem sexista, machista, misógina, transfóbica.** Disponível em: <https://anped.org.br/news/bom-dia-tods-todes-todxs-o-uso-de-pronomes-neutros-nao-binarios-e-desconstrucao-da-linguagem>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ROCHA, J. Damião T. **Justiça curricular em tempos supremacista, moralista conservador.** In: Rafael Ferreira de Souza Honorato & Edilene da Silva Santos. (Org.). Políticas curriculares (inter)nacionais e seus (trans)bordamentos. 1ed. Rio de Janeiro: Ayvu, 2021, v. 1, p. 175-185.

ROCHA, J. Damião T. **Minorias sociais nortistas amazônicas: as monas, as pretas, as**

“gays” as manas no/do tocantins. In: X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero, 2021, Online. X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIVERSIDADE SEXUAL, ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO. Mato-Grosso: CINABEH, 2021. v. 1. p. 10-15.

SILVA, Juliana Collares da. MARASCHIN, André de Azambuja. FUNARI, Catiúcia Anselmo. MELLO, Elena Maria Billig. JUNQUEIRA, Sônia Maria da Silva. Gênero e sexualidade na BNCC: uma análise sob a perspectiva freireana. **Revista Diversidade e Educação**, v.8, n. 2, p.152-176,Jul/Dez, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução as teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual base nacional comum curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1 – 21, Jan/Jun. 2018.

VILELA, RITA AMÉLIA TEIXEIRA. A pesquisa empírica da sala de aula na perspectiva da teoria crítica: aportes metodológicos da Hermenêutica Objetiva de Ulrich Oevermann. **Teoria Crítica e crises: reflexões sobre cultura, estética e educação.** São Paulo: Autores Associados, p. 1-22, 2012.

WELLER, Wivian. Aportes hermenêuticos no desenvolvimento de metodologias qualitativas. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 31, p. 287-304, 2010.